

Arquitetura como resistência: Autoprodução da moradia popular no Maranhão

Frederico Lago Burnett, Clara Raissa Pereira de Souza e Manoel Fernando Moniz Filho

Frederico Lago BURNETT é Doutor em Políticas Públicas; Professor na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA);

Clara Raissa Pereira de SOUZA é Doutoranda em Políticas Públicas (UFMA) e Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR-UEMA)

Manoel Fernando MONIZ FILHO é Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA);

Resumo

Perante o agravamento das condições de vida dos despossuídos e das limitações das políticas habitacionais, a autoconstrução persiste como alternativa nacional para a moradia popular. Estudando diferentes grupos sociais em assentamentos populares rurais e urbanos do Maranhão, pesquisa recente constatou que, diferentemente dos procedimentos padronizados do Estado, os processos construtivos populares consideram estrutura familiar, formas de ocupação da terra, práticas produtivas e acesso à renda. Ao exigir capacidade de gerenciamento e resultando em contribuições arquitetônicas significativas para os modos de morar dos que vivem sob adversidades, tais práticas representam exercícios de autonomia e resistência dos despossuídos na qualificação dos seus espaços de vida e afirmação de desejos e capacidades.

Palavras-chave: arquitetura popular, autoprodução da moradia, Maranhão.

Abstract

Faced with the worsening of the living conditions of the dispossessed and the limitations of housing policies, self-construction persists as a national alternative to affordable housing. Studying different social groups in popular rural and urban settlements in Maranhão, recent research found that, unlike the State's standards procedures, popular construction processes consider family structure, forms of land occupation, productive practices and access to income. By requiring management skills and resulting in significant architectural contributions to the ways of living of those who live under adversity, such practices represent exercises of autonomy and resistance of the dispossessed in the qualification of their living spaces and affirmation of desires and capabilities.

Keywords: popular architecture, housing self-production, Maranhão.

Resumen

Ante el empeoramiento de las condiciones de vida de los desposeídos y limitaciones de las políticas habitacionales, la autoconstrucción persiste como alternativa nacional a la vivienda. Al estudiar diferentes grupos sociales en asentamientos populares rurales y urbanos en Maranhão, una encuesta reciente encontró que, a diferencia de los procedimientos padrones del Estado, los procesos de construcción popular consideran la estructura familiar, las formas de ocupación de la tierra, las prácticas productivas y el acceso a los ingresos. Al exigir habilidades de gestión y dar como resultado importantes aportes arquitectónicos a las formas

BURNETT, Frederico Lago; SOUZA, Clara Raissa Pereira; MONIZ FILHO, Manoel Fernando. Arquitetura como resistência: Autoprodução da moradia popular no Maranhão. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 162-174, dez. 2021

data de submissão: 20/07/2021

data de aceite: 09/11/2021



de vida de quienes viven bajo la adversidad, tales prácticas representan ejercicios de autonomía y resistencia de los desposeídos en la calificación de sus espacios de vida y afirmación de deseos y capacidades.

Palabras-clave: *arquitectura popular, autoproducción de la vivienda, Maranhão.*

Introdução

Pesquisas em favelas e bairros periféricos do Rio de Janeiro e São Paulo, realizados no século passado, analisaram e divulgaram o que ficou conhecido como “autoconstrução popular” (MARICATO, 1982; VALLADARES, 1983; SAMPAIO, 1990). Ao relacionar a casa feita pelos trabalhadores despossuídos com improviso, desperdício, precariedade e “sobretabalho”, aqueles estudos vincularam, desde então, a moradia popular com ausência de princípios de planejamento e projeto. Passados 50 anos e após o êxito quantitativo dos grandes programas habitacionais pensados para as camadas populares, um diagnóstico nacional “do setor da arquitetura e do urbanismo” constatou a persistência das práticas construtivas nas periferias urbanas (DATAFOLHA/CAU, 2015), comprovando que a autoconstrução persiste à margem do mercado e dos profissionais da área como recurso ao alcance de seus moradores.

Com os efeitos sociais e urbanos dos remédios propostos (FERREIRA, 2012) aliados ao agravamento das condições de vida, mais uma vez, as construções populares voltaram às discussões acadêmicas, agora com uma longa experiência de mutirões autogeridos e apoio da Lei de ATHIS (BRASIL, 2008), porém mantendo-se o entendimento de anomalias a orientar, disciplinar e qualificar. Entretanto, perante a sobrevivência das construtivas populares, torna-se necessário ultrapassar a aparência do fenômeno e entender tais práticas como “meios de reprodução social, presentes de forma diferente em todas as sociedades” que “dependem da objetivação do capital, da natureza e composição do capital a transmitir e do estado dos mecanismos de reprodução disponíveis” (COSTA e RODRIGUES, 2002, p. 116).

Apesar de estudos referidos a “estratégias de sobrevivência e reprodução”, como “conjunto de lógicas e práticas articulando o tradicional e o moderno, resultantes das transformações e readaptações das sociedades a novos contextos” (COSTA e RODRIGUES, 2002, p. 117), cabe entender a construção da casa popular como algo além de estratégias de sobrevivência, que para alguns se limita ao “desenvolvimento de atividades marcadas pelo caráter ocasional ou

circunstancial pelas quais as pessoas se voltam para alcançar o mínimo indispensável à sobrevivência” (PETRINI et al, 2012, p. 166). Sem, no entanto, pleitear processos de inclusão subordinada, evitando enquadrar tais moradias em um idealizado “projeto de vida” que, contraposto àquelas estratégias de sobrevivência, representariam “a possibilidade de crescimento formativo e acesso a um patamar de inserção na sociedade superior ao atual, conscientemente assumido e sistematicamente percebido” (Ibid., p. 166).

Ao decidir pela construção de sua moradia, com custos temporais e materiais, a família assume a direção de um processo no qual os “próprios usuários tomam as decisões sobre a construção e gerem os respectivos recursos” (KAPP et al., 2009, p.11). Uma gestão complexa, que inclui o trabalho, voluntário ou não, da própria família, de amigos e parentes, a contratação de terceiros e a aquisição dos materiais, aconselhando rever a simplificação em torno do fenômeno. Na medida em que o termo “autoconstrução” sugere a ocupação do lugar dos técnicos por leigos, em uma ação fora das normas ou irregular – como, aliás, são considerados os assentamentos populares –, esvazia-se seu significado social, isto é, como práticas e exercícios em direção à autonomia.

Entendendo autonomia como o “direito de se autogovernar” e “a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas” (KAPP, 2003, p. 98), consideramos a autoprodução da moradia popular enquanto processo complexo que envolve decisão e adesão familiar em torno de um projeto comum, favorável ao fortalecimento da autonomia de grupos sociais despossuídos; entende-se tais práticas como “estratégias de resistência e exercícios de autonomia”. Partindo deste entendimento, o presente artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre moradias populares autoproduzidas no Maranhão que, apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do estado, investigou as práticas de projeto e construção no espaço urbano e rural.

Em seu primeiro item, o texto caracteriza os grupos sociais rurais e urbanos a partir de seus regimes de posse da terra, estrutura familiar e atividades produtivas; a seguir, discorre sobre projeto e características construtivas de uma mostra das moradias estudadas em todas as regiões do estado, para concluir pela existência de um *modus operandi* que, partindo de tradições, necessidades e possibilidades, unifica projeto e canteiro, demonstrando capacidade de gestão e alcançando qualidade das obras.

Grupos sociais no Maranhão: Modos de vida e produção da moradia

Relações e regimes de posse e ocupação da terra

Tomando o conceito de grupo sócio-espacial como aquele que não apenas compartilha um espaço de vida e trabalho, mas tem participação em suas origens e configuração como componente ativo da produção de seu espaço (LEFEBVRE, 2001; KAPP, 2018), a pesquisa considerou a posse não capitalista da terra como principal critério para delimitar os sujeitos a pesquisar. Identificados pela posição marginal no sistema econômico e o exercício de trabalhos manuais sem qualificação tecnológica, adotam formas não-monetárias de conquista territorial, vivendo sob insegurança fundiária, baixas condições de renda e limitadas possibilidades de ascensão social.

Desta forma, as relações dos grupos sociais com as áreas que ocupam estão fincadas em condições originárias, de conquista, desbravamento, ocupações consentidas ou não que resultaram, em alguns casos e através de lutas políticas, na sua inscrição como direito coletivo (CABRAL, 1992; ALMEIDA, 2008). As terras indígenas, os territórios de remanescentes quilombolas e os assentamentos de reforma agrária constituem o campo de tais conquistas legais que, no Maranhão, correspondem a porções significativas do território (Figura 1).

Além de tais grupos, foram considerados aqueles também rurais cujos espaços não correspondem a direitos coletivos ou individuais: posseiros – migrantes das secas do Nordeste de 1940/50, praticantes da pequena agricultura em terras devolutas nos vales dos rios Mearim e Pindaré (VELHO, 2009), colonos – instalados pelo Estado em lotes da colonização planejada (ARCANGELI, 1987), quebradeiras de coco babaçu – desde 1990, com organização autônoma interestadual (MIQCB, 2020) – e agregados – moradores de favor em terras particulares, com permissão para plantar, pagando foro e prestando serviços (COSTA, 1978).

No espaço urbano maranhense, o foco da pesquisa considerou a “urbanização acelerada” dos anos 1960-80 que, provocada pela chegada dos grandes empreendimentos empresariais rurais, faz a “população urbana maranhense saltar, em 50 anos, de 400 mil para 4 milhões de habitantes” (BURNETT et al, 2016). Com história distinta dos grupos rurais, os moradores

de periferias urbanas tampouco acumulam trajetórias semelhantes ao de outras cidades do país (BOSCHI, 1983), adotando estratégias de enfrentamento e alianças baseadas “nas estruturas do mundo econômico” (COSTA e RODRIGUES, 2002, p. 117).

Impossibilitando a identificação baseada em relações com a terra, pois diferentemente dos grupos rurais, na cidade todos se igualam pelo status de “ocupantes” e inserção dependente da dinâmica capitalista, a pesquisa adotou o critério classificatório das atividades produtivas, quase sempre informais. Foram classificados dois grupos: o “trabalhador elementar” – que “expressa a elevada depreciação social do trabalho braçal e despojado de habilidades comportamentais e cognitivas mais valorizadas” – e o “empregado doméstico” – que usa “suas habilidades básicas de cuidado do lar para prover a reprodução social de famílias de estratos mais vantajosos” (SANTOS, 2009, p. 467). A partir deles relacionou-se o grau de urbanização da cidade com as práticas produtivas dos moradores, a prestação de serviços e as atividades autônomas.

Considerando o histórico de produção do território maranhense e seu caráter periférico de inserção nacional (ARCANGELI, 1987), caracterizado por sua urbanização recente, e composto por alta taxa de população rural, a pesquisa dedicou a maior parte do tempo, da equipe técnica, e dos recursos financeiros para a investigação da realidade rural, tomada como referência para investigar os grupos sociais urbanos. A seleção das famílias entrevistadas ocorreu a partir de escalas de aproximação, contemplando as então Mesorregiões do IBGE, a distribuição espacial dos grupos rurais e as diferentes tipologias das cidades, definindo o primeiro esboço do trabalho de campo. Fazendo coincidir destinos rurais e urbanos para otimização dos recursos, a escolha dos assentamentos populares obedeceu a referências diversas, desde trabalhos científicos a dados empíricos coletados nas mídias e grupos sociais.

A coleta de dados contemplou histórico da família, do lugar e da moradia – composição, faixas etárias, assistência social, ocupação da terra, atividades produtivas, acesso a serviços e infraestrutura, regime de construção e aquisição dos materiais –, levantamento arquitetônico e cadastro fotográfico do imóvel e de seus anexos. Desenvolvido entre maio de 2018 a junho de 2019, totalizando 284 moradias registradas – 189 rurais e 95 urbanas – em 34 dos 217 municípios do Maranhão, o trabalho de campo contou com o apoio imprescindível de dezenas de colaboradores – representantes de associações de moradores e de

sindicatos de trabalhadores, lideranças comunitárias, conselheiros de colegiados diversos, professores, religiosos, vereadores, secretários e funcionários municipais, estaduais e federais, indispensáveis para o contato com as famílias e receber anuência para acesso às moradias.

Trabalho e renda dos construtores populares

Do ponto de vista da denominada família nuclear, entre os chefes de família da área rural prevalecem os mais idosos, enquanto nas ocupações urbanas predominam os migrantes mais jovens. De forma semelhante, a família extensa quase sempre compõe a vizinhança dos que vivem no campo, formando uma rede de apoio, relações que são reproduzidas com menor ocorrência nos assentamentos urbanos, sendo mais frequente irmãos solteiros temporariamente sob o mesmo teto. Ao contar com aposentadorias, pensões por viuvez e benefícios por invalidez, os idosos contribuem para a situação dos que estão sob o mesmo teto. Também os pescadores registrados que recebem o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal e trabalhos fora do povoado, são rendimentos que compõem receitas para acesso ao consumo, decisivas para a construção da moradia.

Dividido entre a segurança alimentar e a prestação de serviços, o cotidiano das famílias é diversificado, mas no rural o tempo está sob controle do indivíduo, acatando condições de saúde e compromissos pessoais. Sem suporte tecnológico, muitas atividades demandam força de trabalho superior à da família, oportunizando práticas coletivas voluntárias e periódicas – plantio e colheita, quebra de coco, tapagem de casas e produção de carvão vegetal – retribuídas através da “troca de dia” (CONCEIÇÃO, 1980). Nas cidades, serviços domésticos – cozinha, lavagem de roupa e faxina –, são combinados com biscates diversos – ajudante de pedreiro, pintor ou carpinteiro, serviços de entrega e vendas de produção familiar ou industrial em comissão. No urbano, as distâncias entre moradia e local de trabalho conspiram para estreitar o tempo, com gastos físicos e financeiros consideráveis, resultando na dispersão dos membros familiares, ameaçando quebrar a solidariedade do grupo.

Voltada para o aprovisionamento, a comercialização da produção é irregular, em feiras ou sedes municipais e na própria casa, pois o transporte é raro e custoso. Os criadores de animais sofrem quando vizinhos de grandes fazendeiros, pois os animais em questão não

podem estar soltos, sob risco de apreensão e mesmo abate, obrigando a compra de ração e inviabilizando a criação. Bares e casas de shows são instalados no próprio lote, às vezes terceirizados, sendo fonte de renda em ocupações e povoados próximos das sedes.

Materiais e regimes de produção das moradias: escolhas e alternativas

Organizadas por material (Tabela 1), 98 moradias das 284 levantadas foram divididas conforme o regime de construção adotado, e a *autoprodução* se organiza sob dois tipos de regime: o denominado *autoconstrução*, que é executado pela família, com ou sem ajuda de parentes e amigos sem remuneração, mas com “troca de dia” e alimentação para os trabalhadores; e o regime de *contratação*, que consiste na empreitada ou na diária, de pedreiros ou carpinteiros, sejam eles amigos ou parentes, pois prevalece a profissão sobre o parentesco e constatamos que os próprios pais remuneraram o serviço dos filhos.

Material Predominante	Quantidade por Material	Distribuição Espacial da Amostra		Regime de Produção da Moradia			
		Rural	Urbano	Rural		Urbano	
				Autoconstrução	Contratação	Autoconstrução	Contratação
Palha	8	5	3	1	4	3	0
Taipa de Mão	30	25	5	22	3	3	2
Adobe	17	10	7	7	3	3	4
Madeira	15	8	7	0	8	4	3
Tijolo Maciço	8	2	6	1	1	4	2
Tijolo Cerâmico	20	12	8	4	8	5	3
TOTAL	98	62	36	35	27	22	14
		63,23%	36,73%	56,45%	43,54%	61,11%	38,88%

Tabela 1

Maranhão: Autoprodução da moradia conforme regime de construção

No rural, os altos percentuais de contratação da palha e da madeira se devem à exigência de longevidade desses materiais. A autoconstrução da taipa de mão e o adobe comprovam a disseminação da tradição construtiva do estado; pela exigência de mão de obra experiente em alvenaria e concreto, se explica a taxa de contratação do tijolo cerâmico. No urbano, se destacando dos demais materiais, a palha é 100% autoconstruída em função da provisoriedade que assume na cidade, uma estratégia para marcar território nas ocupações. O equilíbrio dos demais materiais resulta do ofício trazido do campo e das possibilidades para contratar mão de obra. Com exceção do adobe, os outros materiais utilizam mais a autoconstrução por

pequena margem, em razão da presença de carpinteiros e pedreiros na cidade. O comparativo entre rural e urbano, este com maior taxa de autoconstrução, pode indicar que o empobrecimento na cidade é maior, exigindo sobretrabalho das próprias famílias.

Em relação à distribuição dos materiais entre os grupos sociais (Tabela 2), o levantamento de campo encontrou, na área rural, presença maior de posseiros (37) e remanescentes de quilombolas (14), em contraposição aos agregados (cinco), colonos e quebradeiras de coco, cada grupo com uma moradia. Em situação intermediária, povos originários e assentados da reforma agrária aparecem com sete moradias, enquanto os ocupantes, grupo social urbano, somam 26 famílias pesquisadas.

Com uma moradia de palha e outra de madeira, a taipa de mão é o material mais adotado pelos indígenas, pouco substituído por alvenaria cerâmica nas aldeias

Material Predominante da Moradia	Grupos Sociais								
	Povos Originários	Remanescentes de Quilombolas	Assentados	Quebradeiras de coco	Colonos	Posseiros	Agregados	Ocupantes	Total
Palha	1	-	-	-	-	6	-	1	8
Taipa de mão	5	5	3	-	1	7	5	4	30
Adobe	-	5	-	-	-	10	-	2	17
Madeira	1	2	-	-	-	6	-	6	15
Tijolo maciço	-	1	-	-	-	2	-	5	8
Tijolo cerâmico	-	1	4	1	-	6	-	8	20
Total	7	14	7	1	1	37	5	26	98

Tabela 2
Maranhão: Material predominante da moradia por grupo social

visitadas. Nas comunidades quilombolas predominam adobe e taipa de mão, mesma situação dos assentados, entre a taipa e o tijolo cerâmico, este último mais adotado pelos ocupantes urbanos que, como os posseiros, utilizam todos os materiais, mas com destaque para o adobe. Com pouca incidência na mostra, colonos e quebradeiras de coco usam a taipa de mão e o tijolo cerâmico, enquanto todos os agregados utilizam compulsoriamente a taipa de mão, imposição dos proprietários para evitar indenizações por benfeitorias.

A escolha dos materiais obedece a uma série de variáveis, não sendo determinada apenas em termos financeiros, mas também pelas possibilidades de extração. Dimensões e durabilidade (Tabela 3) comprovam

a adaptabilidade e resistência de todos os materiais pesquisados. A diferença se dá pela periódica substituição – paredes e cobertas de palha têm vida útil de até quatro anos – ou manutenção, caso da taipa de mão, por desagregação do material e presença de insetos xilófagos.

Material Predominante	Variações em Quantidade e Parentesco na Família	Variações nas Áreas Cobertas	Idade das Construções
Palha	14 pessoas, 3 filhos, mãe grávida	26 a 67 m ²	26 a 02 anos
Taipa De Mao	Idosos, 6 a 2 filhos, nora	22 a 176 m ²	38 a 01 ano
Adobe	Pai, filhos maiores, 1 a 6 filhos	52 a 204 m ²	64 a 01 ano
Madeira	Idoso, 1 a 6 filhos	35 a 121 m ²	40 a 02 anos
Tijolo Maciço	Idosos, viúvas, 1 a 3 filhos	44 a 190 m ²	40 a 20 anos
Tijolo Cerâmico	Idosos, sogra, 1 a 5 filhos, netos	60 a 188 m ²	30 a 01 ano

Tabela 3

Maranhão: Material predominante, características familiares, área coberta e tempo de construção

Cabe destaque a dimensão das moradias, sempre relacionada com o tamanho da família, e as inovações adotadas, como as palafitas que substituem o tradicional uso de esteios de madeira e vedações de palha por concreto e tijolos cerâmicos (Figuras 1 e 2). Ou a variedade de composição da taipa de mão, que tanto



Figura 1, 2, 3, 4

Moradias em áreas rurais, palha em Cajari e tijolo cerâmico em Viana, MA; Moradias em áreas rurais, taipa de mão em Alcântara e em Esperantinópolis, MA

Fonte: Autores, 2018, 2019



Figura 5, 6, 7, 8

Moradias em áreas urbanas, tijolo maciço em Estreito e tijolo cerâmico em Carolina, MA; Moradias em áreas urbanas, madeira em Turiagu e tijolo maciço em Zé Doca, MA

Fonte: Autores, 2018

modificam telhados originais de palha quanto adotam varandas e corredores laterais (Figuras 3 e 4).

Mas a variedade de uso dos materiais pesquisados, constatada em centenas de construções (Figuras 5 a 8), demonstra a flexibilidade que oferecem às diferentes condições dos grupos sociais estudados, adaptando-se adequadamente às mudanças ocorridas ao longo de suas vidas.

Considerações finais

Comprovando a persistência das práticas tradicionais de produção da moradia entre populações marginais ao sistema econômico dominante, o Maranhão tem destaque na autoprodução da casa popular tanto nas cidades quanto no campo. Variando entre o saber aprendido em práticas cotidianas familiares, em mutirões ou “trocas de dia”, a terra predomina como principal material construtivo, na forma natural da taipa de mão, no beneficiamento rudimentar do adobe, no cozimento em fornos comunitários, que se destacam principalmente no meio rural; mas, em locais com acesso à comercialização de materiais de construção e beneficiamento primário da madeira, os construtores da zona rural lançam mão do tijolo cerâmico e das tábuas para erigirem suas moradias. Nas cidades, as fa-

mílias buscam se instalar em espaços que permitam, ainda que parcialmente, formas de produção própria, como criação de pequenos animais, hortas, roças e extrativismo vegetal e animal. Devido à proliferação de empregos na construção civil, principalmente de pedreiros e serventes, e às possibilidades de aquisição, o tijolo cerâmico predomina nas moradias populares dos centros urbanos maiores.

Contrariando aqueles que limitam o entendimento da autoconstrução popular à precariedade, improviso e desperdício, as construções pesquisadas resultam de processos que comprovam a base técnica do saber popular, transmitida como ofício, sem um corpo teórico estruturado e registrado graficamente. Se a técnica construtiva surpreende com inovações criativas – caso das palafitas que adotam uma reengenharia para aceitar tanto a palha quanto a madeira e o tijolo cerâmico –, a composição volumétrica e a distribuição dos ambientes combinam de forma invejável a capacidade de criar novas situações, respeitando práticas tradicionais vinculadas aos valores familiares, comuns aos grupos sociais pesquisados. Estabelecendo novas formas de produzir espaço nos campos, florestas e periferias urbanas, os grupos sociais produzem ciência e fortalecem identidades coletivas. Mas, além de gerir processos complexos, constituídos às margens do Estado e do mercado, a autoprodução da moradia popular é um ato político: à revelia de programas que não contemplam suas necessidades e comprometem sua autonomia, tais práticas construtivas questionam a “arquitetura e o urbanismo de interesse social” dominadas por interesses de classe.

Com a implementação, em várias cidades do país, de programas estatais de assistência técnica e de microcrédito para aquisição de materiais de construção, fortalecidos pela Lei da ATHIS, os mutirões assistidos ressurgem e com eles os interesses eleitoreiros que repetem processos de inclusão subordinada. Para evitar o uso da ciência como “exercícios de dominação e de justificativa da separação de dirigentes e dirigidos”, quando se “realiza uma verdadeira expropriação das classes dominadas, das classes populares” (CHAUÍ et al, 1982, p. 103), os profissionais da arquitetura e do urbanismo devem atentar para processos heterônomos que se colocam como ameaça ao maior valor da autoprodução da moradia popular: a capacidade de decisão e o controle que as famílias precarizadas exercem sobre a edificação, momentos em que exercitam o direito à produção do espaço a partir de suas necessidades e do próprio saber.

Referências

ALMEIDA, A. W. *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ARCANGELI, A. *O mito da terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense*. São Luís: Editora UFMA, 1987.

BOSCHI, R. (Org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm. Acesso em 12 jun. 2020.

BURNETT, F. L. *Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano*. São Luís: Editora Uema, 2016.

CABRAL, M. S. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

CAU-BR/DATAFOLHA. *O maior diagnóstico sobre Arquitetura e Urbanismo já feito no Brasil*. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil/Datafolha Instituto de Pesquisa, 2015. Disponível em <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/> Acesso em: 08 jul. 2016.

CHAUÍ, M.; MOISÉS, J. A.; BRESSER PEREIRA, L. C. O governo da cidade e a utopia. In: Debate em E & D, NERU. São Paulo: Cortez, 1982, pp. 88-105.

CONCEIÇÃO, M. *Essa terra é nossa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

COSTA, A.; RODRIGUES, C. Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo. *As ciências sociais nos espaços de língua portuguesa: balanços e desafios - Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Faculdade de Letras da U. Porto (FLUP), 2002, p. 113-122. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/6331> Acesso em 03 mar. 2019.

COSTA, L. C. B. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. SP: Cultrix, 1978.

FERREIRA, J. S. W. (Coord.) *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: FAUUSP/FUPAM, 2012. Disponível em <http://www.labhab.fau.usp.br/project/produzir-casas-ou-construir-cidades-desafios-para-um-novo-brasil-urbano/> Acesso em 12 jul. 2020.

KAPP, S. *Autonomia heteronomia arquitetura*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, dez. 2003. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/760> Acesso em 03 mar. 2019

KAPP, S. *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., São Paulo, V.20, N.2, p.221-236, mai.-ago. 2018, p. 221-236. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>

KAPP, S.; NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, Ana Paula. *Arquiteto tem sempre conceito, esse é o problema*. IV. Projetar 2009 - Projeto como Investigação: Ensino, Pesquisa e Prática FAU-UPM, outubro 2009, S. Paulo, Brasil. Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_09_arquiteto_sempre_tem.pdf Acesso em: 08 jul. 2019

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro 2001.

MARICATO, E. Autoconstrução, a Arquitetura Possível In MARICATO, E. (Org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 71-93.

MIQCB. *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins*. Disponível em <<https://www.miqcb.org/quem-somos>> Acesso em 20 mar. 2020.

PETRINI, G; ALCÂNTARA, M. A. R.; MOREIRA; L. V. C.; REIS, L. P.; FONSECA, R. S. S. C.; DIAS, M. C. *Família, capital humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida*. Memorandum, 22 abr. 2012 Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP ISSN 1676-1669. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/issue/view/359>> Acesso 15 jan. 2019.

SAMPAIO, M. R. A. *A casa brasileira*. Revista USP, mar./mai., 1990, pp: 113-116.

SANTOS, J. A. F. Posições de Classe Destituídas no Brasil In SOUZA, J. *A ralé brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2009, p. 463-478. Disponível em <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>> Acesso 10 out. 2019.

VALLADARES, L. P. (Org.) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

VELHO, O. G. (2009). Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.